



A IMIGRAÇÃO SEM TABUS

Muitas das narrativas sobre a imigração assentam em informação errada ou enganadora, que a investigação disponível permite desmontar. O conhecimento concreto deste fenómeno a nível mundial e dos seus impactos positivos e negativos nas economias e sociedades é essencial para políticas mais eficazes.

Donald Trump ganhou a eleição presidencial nos EUA com base numa agenda anti-imigração que incluiu multidões exaltadas nos seus comícios apelando a deportações em massa. No Reino Unido, entraram mais de 3,5 milhões de imigrantes desde o *Brexit* (The Independent, 2025), o que configura um evidente falhanço das políticas populistas e simplistas que defenderam a saída da União Europeia (UE) como a solução para retomar o “controle” sobre a imigração supostamente perdido para a UE.

Estes são exemplos de como o debate sobre a imigração é afetado negativamente por perceções enviesadas, falta de conhecimento e desinformação, e é assim à direita como à esquerda. O debate é muitas vezes marcado por ideias fáceis como as de que a imigração está “descontrolada” e que as políticas são um “falhanço”, uns acusando-as de serem demasiado generosas e escancararem as portas, outros acusando-as de serem demasiado restritivas. Igualmente simplistas são alguns exageros sobre os aspetos positivos da imigração. A abundante investigação que temos hoje sobre o tema aponta para uma realidade mais complexa e interessante.

Não é assim tão simples

Temos hoje dados seguros sobre a migração internacional. As ideias veiculadas mais à direita, por exemplo, de que estamos a sofrer uma “invasão de ilegais sem precedentes”, são desmentidas pelos dados da Organização Internacional das Migrações (OIM) que revelam que a esmagadora maioria das pessoas vive toda a sua vida nos seus países de origem e que os imigrantes são, na sua esmagadora maioria, legais, representando apenas uma pequena percentagem da população mundial – cerca de 3,5% (OIM, 2024). As fontes históricas demonstram, também, que a migração para as Américas de Europeus e Asiáticos, no século XIX e primeira metade do século XX, bem como a enorme deslocação de refugiados na Segunda Guerra Mundial foram,

muito provavelmente, mais significativas em termos relativos do que a migração internacional atual.

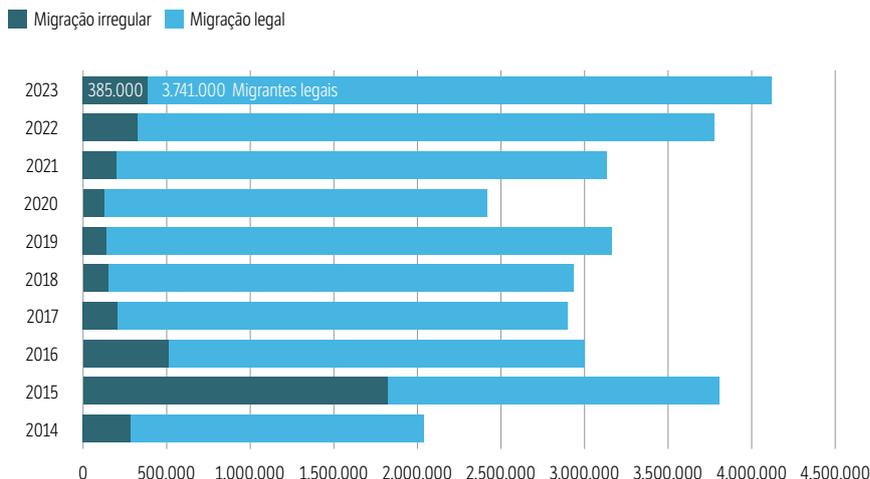
Os estudos indicam-nos ainda que responder aos aspetos negativos da imigração tentando eliminá-la ou “fechar a porta” tende a ser contraproducente e ter os efeitos colaterais contrários de aumentar a imigração irregular ou empurrar os migrantes para uma fixação permanente nos países de destino, receando nunca mais poderem regressar (de Haas, 2024). Usando uma analogia de Hein de Haas, quando criticamos o funcionamento dos mercados a premissa não é acabar com eles porque são “maus”, mas sim saber como regulá-los para que beneficiem o maior número de pessoas. Aliás, os números da imigração irregular são habitualmente distorcidos. Em 2022, foram detetadas cerca de 1,1 milhões de pessoas em situação irregular na UE (Eurostat, 2023), o que, mesmo representando um aumento em relação ao ano anterior, corresponde a apenas 0,24% da sua população total. Sem prejuízo de a chamada “crise dos refugiados” ter gerado números de chegadas irregulares excecionalmente elevados à fronteira mediterrânica, mesmo assim a percentagem de imigração irregular no pico dessa crise, no ano de 2015, foi menor do que a migração legal para a UE no mesmo ano (Figura 1).

Porém, apesar de estarmos a assistir a uma retórica muito negativa por parte de políticos populistas à direita, apelando a políticas restritivas e deportações em massa, também a ideia muito propagada à esquerda e por ativistas de que as políticas de imigração se tornaram fechadas e até “racistas” nos países ocidentais está longe de ser validada pelos dados. Uma grande investigação sobre as políticas de imigração adotadas em 45 países de destino nos últimos cem anos mostra que, pelo contrário, elas se tornaram globalmente mais liberais e menos restritivas em todo o mundo, desde 1945, e para a maioria das categorias de migrantes, embora desde os anos 1990 tenham aumentado as restrições aos migrantes em situação irregular, o que no entanto não inverteu a tendência mais liberal face aos trabalhadores altamente e pouco qualificados, aos estudantes e aos refugiados (de Haas, Natter e Vezzoli, 2018).

A complexidade das migrações leva-nos a considerar que a melhor forma de abordar a imigração não é, portanto, perguntar simplisticamente se ela é “boa” ou “má”, mas, antes, discutir qual é a sua *medida certa*. Mas paremos de idealizar países que nunca existiram, onde todas as pessoas são amáveis e partilham tudo com estrangeiros sem qualquer tipo de regras

FIGURA 1. MIGRAÇÃO LEGAL E IRREGULAR PARA A UE, 2014-2023 (número de pessoas)

Fonte: Statistics on Migration to Europe. <https://shorturl.at/RTGK0>.



ou restrições. O que os estudos nos mostram é que as pessoas reais em países concretos com economias imperfeitas resistem a partilhar com outros os seus bens públicos mais escassos. E que os próprios imigrantes se mostram críticos relativamente à continuação da migração para o país onde estão estabelecidos, onde passam a ter interesses económicos num mercado laboral mais fechado. A pergunta pode ser incómoda para alguns, mas justifica-se: porque é que tantos eleitores de origem imigrante votaram em Donald Trump em 2024?

Velhos vs. novos imigrantes: quem entra fecha a porta

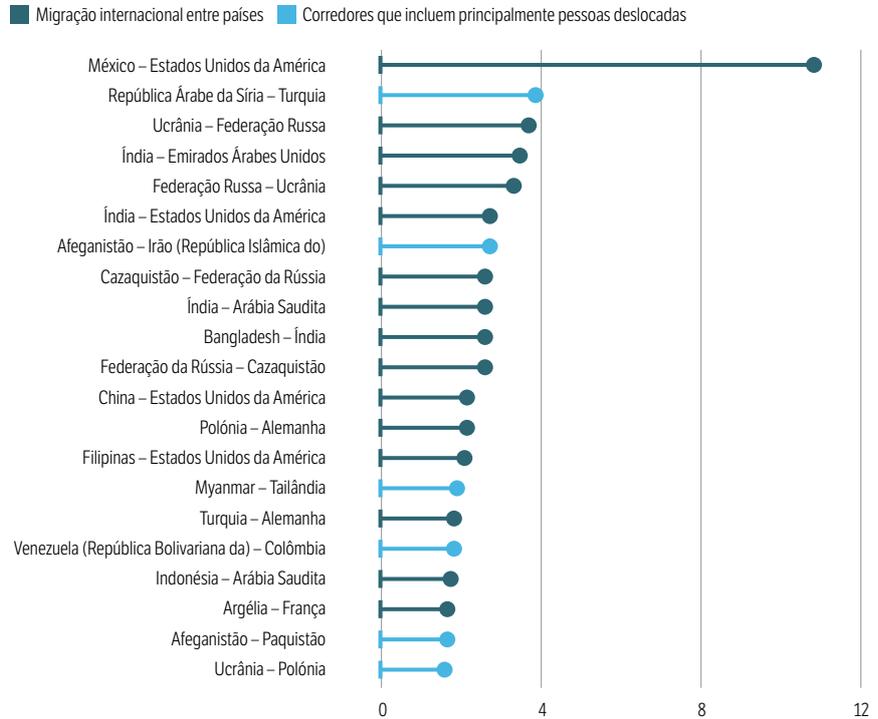
Os estudos económicos permitem-nos perceber o comportamento dos eleitores de origem estrangeira, hispânicos e não só, que mudaram o seu voto tradicional nos democratas para o candidato republicano nas recentes eleições presidenciais americanas. Paul Collier mostra que, ao contrário do que habitualmente se pensa, a chegada de novos imigrantes não tem por efeito reduzir o salário dos *nacionais*, mas sim reduzir o salário dos *imigrantes* já estabelecidos num país. Isso deve-se a que, por variadas razões, os migrantes raramente conseguem competir com os nacionais nos empregos, estando, em vez disso, em competição direta com *outros migrantes* (Collier, 2013).

Relativamente ao impacto da imigração nos salários dos nacionais, a investigação demonstra que ele é no sentido de um *aumento*, embora seja um efeito modesto, ao passo que também pode haver uma diminuição dos salários mais baixos, mas também este é um impacto residual. Na verdade, segundo aquele autor, citando vários estudos, o único efeito significativo e claro da imigração sobre os salários é um efeito negativo – mas para *outros imigrantes*. Escrevendo onze anos antes da eleição americana, Collier parece estar a descrever estes novos votantes em Trump: “*se o interesse próprio económico fosse a única influência no seu comportamento, as pessoas nos países pobres moveriam montanhas para emigrar para os países ricos mais próximos, mas, uma vez ali chegados, votariam em partidos políticos que defendem restrições à imigração.*” (Idem, p. 145) Estes resultados convergem com outros estudos na demonstração de que, ao contrário do que muitas vezes se pensa, as comunidades migrantes não têm um

FIGURA 2. PRINCIPAIS CORREDORES DE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL ENTRE PAÍSES

Fonte: OIM, 2024.

Nota: Os corredores representam o número de migrantes internacionais (milhões) nascidos no primeiro país mencionado e a residir no segundo. Os corredores representam uma acumulação de movimentos migratórios ao longo do tempo e fornecem uma imagem instantânea da forma como os padrões de migração evoluíram para populações estrangeiras significativas em países de destino específicos. As revisões foram efectuadas com base nas deslocações em grande escala da Ucrânia para os países vizinhos (no final de outubro de 2023).



sentimento automático de solidariedade para com outros grupos migrantes ou com a imigração em geral, mas, em vez disso, procuram “fechar a porta atrás de si” (p. ex., Bontenbal, 2023).

“Invasão do ocidente” ou migração mundial ordenada?

A história, a geografia e as relações entre países também estão frequentemente ausentes do debate sobre imigração. E, no entanto, ajudam-nos a perceber, a par da economia, as razões que dão origem aos grandes corredores migratórios. Também aqui é preciso desmontar ideias feitas, como a que vingou durante a “crise” no Mediterrâneo e que persiste, de que estamos a ser “invasidos” por imigrantes africanos e terroristas muçulmanos. A verdade é que os maiores corredores migratórios mundiais não são daquelas regiões para países da UE, mas sim do México para os Estados Unidos, da Síria para a Turquia ou entre a Rússia e a Ucrânia (Figura 2). O principal fluxo de imigrantes africanos para a Europa constituiu apenas o 19º corredor mundial e é de argelinos para França. Nenhum país subsaariano figura nos vinte maiores corredores migratórios mundiais. Não, a Europa não está “cheia de africanos”.

Embora nos anos de 2015-2016 tenha havido efetivamente um número acima da média de cidadãos daquele continente a chegar à Europa sem documentos, a maioria dos que vieram nessa altura em rotas ilegais eram sírios, afegãos e iraquianos, fugindo da guerra e do terrorismo. Os dados mais recentes mostram que a maior população imigrante na Europa é ... de europeus, seguida de asiáticos e só em terceiro lugar de origem africana, sobretudo de países do Norte de África (OIM, 2024). Há, certamente, importantes comunidades de imigrantes de certos países africanos em certos países europeus, o que, em parte, se explica pelas relações do período colonial. E é verdade que o continente europeu é um destino prioritário dos africanos, mas eles imigram em primeiro lugar dentro do seu próprio continente. No ano de 2022, por exemplo, nenhum dos dez principais países de origem de imigrantes para a UE era africano (CE, 2022). A análise das migrações internacionais permite-nos concluir de forma clara que elas são um fenómeno global, existindo em todos os continentes do mundo, embora com variações geográficas e de escala. Se olharmos para a percentagem de migrantes na população dos países de

destino, encontramos os Emirados Árabes Unidos e a Oceânia como países e regiões proeminentes de destino, embora sejam a América do Norte, a Ásia e a Europa os continentes que mais recebem imigrantes em termos absolutos (os EUA sendo o principal país de destino). Desmentindo as narrativas alarmistas, embora nas últimas décadas seja patente um crescimento da imigração, esse aumento tem sido limitado, passando de 2,3% em 1970 para 3,6% em 2020. Portanto, se os números absolutos aumentaram, isso reflete não um descontrolo do fenómeno, mas, sobretudo, o crescimento da população mundial.

Tudo isto não significa que a imigração não esteja a aumentar de forma mais acentuada nalguns países e regiões, como é o caso dos países do Golfo e da Europa. No entanto, apesar de o continente europeu e, em particular, a UE, continuar a ser um destino importante de migração global, a percentagem de não nacionais da UE a viver nesta, em 2022, era de apenas 5% da sua população total (Eurostat, 2023).¹ Esta percentagem é ainda menor se olharmos para os refugiados na UE, que representam apenas 1,5%, da sua população, desmentindo o mito de que a Europa é o “albergue” mundial dos refugiados. A OIM indica que, em 2022, a grande maioria dos refugiados no mundo (70%) foi acolhida em países vizinhos dos países de origem e em apenas dez países no mundo, dos quais apenas dois – a Alemanha e a Polónia – são da União Europeia. O maior país de acolhimento de refugiados no mundo é, há vários anos, a Turquia.

Estes dados, ao mesmo tempo, confirmam e baralham a ideia de que as migrações internacionais se dirigem apenas do chamado Sul global para o Norte. Com efeito, para além dos países do Golfo, desde há muito que a Ásia se apresenta como um enorme continente de destino de migrantes (e, simultaneamente, de origem), disputando o pódio com a Europa e os EUA, e demonstrando como é simplista a ideia de que todo o Sul global quer migrar para o Ocidente.

Paradoxalmente, e contrariamente ao que temos ouvido no discurso ligado à ajuda ao desenvolvimento, também não é verdade que esta trave a imigração. Há muito que a investigação confirmou o fenómeno de que quando os países se aproximam do rendimento médio, os níveis de emigração tendem primeiro a *aumentar*, só diminuindo depois, quando eles próprios

passam do estatuto de rendimento médio para o de rendimento mais elevado e começam também a atrair um número crescente de migrantes (p. ex., de Haas, 2007 e Clemens e Postel, 2018). A pobreza absoluta é um obstáculo ao elevado investimento necessário para emigrar e imobiliza os mais pobres dos pobres nos seus países de origem.

Implica também mobilizar um conjunto alargado de políticas não apenas migratórias, mas económicas, fiscais, sociais e de educação.

Isto não quer dizer, evidentemente, que se deva acabar com as políticas de ajuda ao desenvolvimento. O que não faz sentido é promovê-las com o *objetivo principal* de travar imediatamente a imigração para os países doadores, como tantas vezes vemos escrito nos textos da UE, por exemplo. Em jeito de provocação, tendo em conta que o valor das remessas de emigrantes aumentou de \$128 mil milhões USD, em 2000, para \$831 mil milhões USD em 2022, ultrapassando largamente a ajuda pública ao desenvolvimento e o investimento direto estrangeiro nos países em desenvolvimento (OIM, 2024), se a UE e os países ricos quiserem realmente promover o desenvolvimento dos mais pobres, então o mais eficaz será recrutar ativamente migrantes provenientes desses países mais pobres...

Custos vs. benefícios da imigração

O tipo de retórica contra africanos e muçulmanos remete-nos para os aspetos culturais e identitários da imigração, que não podem ser ignorados. Como nos mostram vários estudos, estes impactos são mais salientes quando as diásporas provêm de países com tradições culturais muito diferentes das dos países de destino (p. ex., Gächter et al, 2010, e Erten et al, 2018). Este tipo de reação “cultural” está também a ganhar saliência em Portugal, onde o recente “Barómetro da Imigração” revela uma reação negativa dos portugueses contra os imigrantes do subcontinente indiano, embora demonstre também que uma grande maioria reconhece os benefícios económicos da imigração para o país (FFMS, 2024).

Esta reação ambivalente é comum a muitas pessoas que, não se opondo em princípio à imigração e reconhecendo alguns dos seus benefícios, receiam que o seu aumento ponha em causa a identidade e a coesão das comunidades locais e nacionais. É necessário reconhecer estes receios sem cair em acusações de racismo contra os que defendem algum tipo de restrição. Retomando a analogia anterior (com as devidas distâncias), fazê-lo seria como considerar extremistas os que defendem uma certa regulação dos mercados para evitar os custos sociais de uma desregulação total.

Com efeito, a investigação aponta para que um aumento rápido e contínuo das diásporas, com o consequente aumento da diversidade cultural, pode reduzir a confiança e a cooperação mútuas no interior da comunidade nacional, e mesmo no interior das comunidades migrantes, bem como diminuir o apoio dos nacionais à partilha dos bens públicos com estes. Os resultados de um estudo clássico de Robert Putnam mostram que, a curto prazo, a imigração e a diversidade étnica tendem a reduzir a solidariedade social e o capital social e que, em bairros etnicamente diversificados, os residentes de todas as etnias tendem a isolar-se no seu canto (“hunker down”) (Putnam, 2007).

Porém, já não é verdade que os imigrantes roubam os empregos aos nacionais nem que, como já vimos, fazem baixar os seus salários. A investigação mostra, por um lado, que a maioria dos migrantes faz trabalhos que as populações nacionais evitam. E, por outro, que os seus ganhos económicos não se obtêm à custa das perdas salariais dos nacionais, mas sim porque se mudam do seu país de origem – de salários mais baixos – para o país de destino – com salários muito mais elevados, aumentando, assim, substancialmente o seu nível de vida (Collier, 2013).

Finalmente, também as ideias de que os sistemas de proteção social mais generosos atraem muito mais imigrantes do que os países com uma rede social menos desenvolvida nunca foram demonstradas (o melhor exemplo disso são os EUA e o seu ténue estado social praticamente inacessível aos migrantes). Embora raramente assumido pelos governos, a razões principais que fazem mover os migrantes para determinados países são os salários e o recrutamento ativo por esses países de mão de obra imigrante, com a

colaboração ou convivência dos governos, o que desmente a ideia feita de que os imigrantes simplesmente “aparecem” naquelas fronteiras de forma espontânea. Este tabu prejudica a compreensão de que a imigração é um fenómeno laboral normal ligado à dinâmica dos ciclos económicos, como está hoje amplamente demonstrado (Figura 3).

Conclusão: dados reais para resolver problemas reais

A contaminação do debate público por informação errada ou enganadora tem prejudicado a formulação de políticas eficazes nos países de imigração. Este artigo demonstrou que muitas das narrativas à esquerda e à direita sobre imigração são falsas.

Mas uma abordagem assente em dados reais sobre a imigração não significa que governos democráticos não possam ou não devam controlá-la. Como escreveu David Frum, notando o crescimento eleitoral da extrema-direita, “se os liberais insistirem que somente os fascistas conseguem fazer respeitar as fronteiras, então os eleitores contratarão fascistas para fazer o trabalho que os liberais se recusam a fazer” (Frum, 2019).

O problema é que há demasiados exemplos de que políticas de controlo mal concebidas podem ser contraproducentes. Vários autores apontam para que medidas supostamente decisivas de tipo “encerramento de fronteiras” podem ter efeitos secundários não intencionais que podem comprometer a sua eficácia. E é falso que as políticas mais liberais de imigração conduzam necessariamente à migração em massa. Pelo contrário, políticas que promovem mais mobilidade legal, com vistos múltiplos de entrada, permitem uma migração mais circular que está mais adaptada ao dinamismo dos ciclos económicos. A enorme mobilidade dos cidadãos europeus que lhes permite sair e voltar as vezes que quiserem no Mercado Único é o melhor argumento a favor deste tipo de políticas. Portanto, num contexto em que economias desenvolvidas e abertas coexistem com economias emergentes e uma grande desigualdade entre países ricos e pobres, é muito provável que durante os ciclos de expansão económica mais trabalhadores migrantes encontrem trabalho na Europa. Reconhecer este facto é importante, mas implica formular políticas de migração mais dirigidas a atuar sobre o

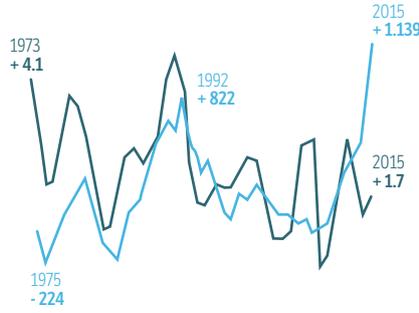
FIGURA 3. IMIGRAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Fonte: Hein de Haas. <https://heindehaas.blogspot.com>

A longo prazo, o número de imigrantes na Alemanha e nos Países Baixos está fortemente correlacionado com o ciclo económico.

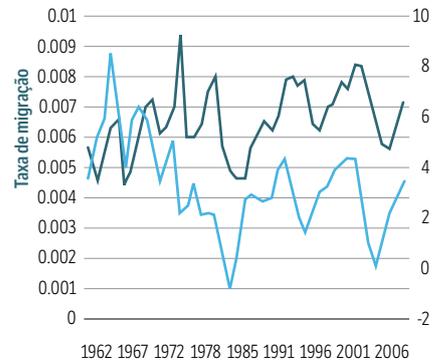
Alemanha

— Crescimento económico alemão; comparado com o ano anterior em percentagem
— Imigração líquida para a Alemanha (em milhares)



Países Baixos

— Taxa de imigração (por 1000)
— Crescimento do PIB (média dos últimos 2 anos)



crescimento das diásporas, mantendo um nível de crescimento moderado e uma elevada taxa de integração nas sociedades de acolhimento, por forma a que os efeitos positivos da imigração beneficiem todos. Implica também mobilizar um conjunto alargado de políticas não apenas migratórias, mas económicas, fiscais, sociais e de educação, que são as que realmente atuam sobre os fatores estruturais que fazem mover a imigração e integrar os migrantes. As políticas migratórias devem promover um melhor alinhamento entre as necessidades do mercado de trabalho e as qualificações dos migrantes; favorecer uma dispersão territorial consistente com o mercado laboral, dissuadindo a “guetização” dos migrantes e a sua separação dos nacionais; estimular a autonomia dos migrantes com incentivos fortes à aprendizagem da língua nacional e do currículo nacional no ensino escolar obrigatório, sem exceções “culturais”; legalizar os migrantes com contratos de trabalho; penalizar práticas opressivas ilegais, p. ex. contra as mulheres, mesmo que tal seja supostamente justificado como fazendo parte de uma tradição cultural; promover um modelo de integração que, mantendo a ideia de pluralidade cultural, afaste os riscos de separatismo identitário que o multiculturalismo estrito apresenta, nomeadamente, garantindo o respeito pelo modelo de funcionamento do país de acolhimento, entre outras. Será, certamente, preciso encontrar um compromisso entre comunidade e diversidade, como dizia Putnam, uma cidadania partilhada. Mas não devemos temer os resultados incómodos e as verdades inconvenientes dos inquiridos e

estudos. Apenas com base neles conseguiremos ter uma imigração bem gerida por políticas de imigração que não sejam ditadas por extremistas. Para isso temos de poder falar de imigração – sem tabus. ●

Nota

¹ Esta estatística exclui a Rússia, que, sendo o principal país europeu de destino de imigração e também de origem, não pertence à UE, mas contribui fortemente para colocar a Europa no topo dos continentes de destino da migração internacional.

Referências

Bontenbal, I. (2023). The good, the bad and the advantageous: Migrants’ attitudes towards other migrants. In *International Journal of Intercultural Relations*, Vol. 94.

CE (2023). Top 10 nationalities of first residence permits issued in EU Member States in 202. Comissão Europeia, <https://shorturl.at/zreUN>

Clemens, M.A.; Postel, H.M. (2018). Deterring Emigration with Foreign Aid: An Overview of Evidence from Low-Income Countries. *Population and Development Review*, 44: 667-693.

Collier, Paul (2013). *Exodus: How migration is changing our world*. Oxford: Oxford University Press, pp. 169-176.

de Haas, Hein (2024). Como funciona realmente a migração: Um guia factual sobre a questão que mais divide a política?. *Temas e Debates*, 2024.

de Haas, H., Natter, K. e Vezzoli, S. (2018). Growing Restrictiveness or Changing Selection? The Nature and Evolution of Migration Policies. In *International Migration Review*, 52 (2): 324–367.

de Haas, Hein (2007). Turning the tide? Why development will not stop migration. In *Development and Change* 38(5): 819–841.

Erten, E. Y.; van den Berg, P.; Weissing, F. J. (2018). Acculturation orientations affect the evolution of a multicultural society. In *Nature communications*, 9(1), 58.

Eurostat (2023). Migration and asylum in Europe, 2023 edition. União Europeia. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/interactive-publications/migration-2023>.

FFMS (2024). Barómetro da Imigração. Fundação Francisco Manuel dos Santos, 17.12.2024. <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/barometros/barometro-da-imigracao-perspetiva-dos-portugueses>

Frum, David (2019). If Liberals Won’t Enforce Borders, Fascists Will. In *The Atlantic*, abril de 2019. <https://shorturl.at/e4Tzm>

Gächter, S.; Herrmann, B.; Thöni, C. (2010). Culture and cooperation. *Philosophical transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological sciences*, 365 (1553), 2651–2661.

OIM (2024). World Migration Report 2024. Nações Unidas. <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2024>

Putnam R. (2007). *E Pluribus Unum: diversity and community in the 21st century*. *Scandinavian Political Studies* 30 (2), 137-174.

The Independent (2025). The damning statistics that reveal the true cost of Brexit, five years on. Special Report, 9.01.2025. www.independent.co.uk/news/uk/politics/brexit-cost-statistics-numbers-five-years-eu-b2676692.html